

A watercolor illustration in shades of green and brown. In the upper left, a parrot is perched on a branch. The background is filled with various tropical plants, including palm fronds and broad-leafed foliage, rendered in a soft, painterly style.

# **Plano de Promoção Socioeconômica**

**Para as Áreas Protegidas do  
Baixo Rio Negro**



**Conexusus e  
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas  
apresentam**

**Planos de Promoção  
Socioeconômica**  
para as Áreas Protegidas  
do Baixo Rio Negro - Volume 2

**Instituto Conexões Sustentáveis**

Pedro Frizo  
André Ramos  
Monika Roper  
Carina Pimenta

**IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas**

Fabiana Prado  
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP  
2021**

**Autores**  
**Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis**

Pedro Frizo  
André Ramos  
Monika Roper  
Carina Pimenta

**IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas**

Fabiana Prado  
Neluce Soares

**Colaboradora**

Nailza Porto

**Coordenação Editorial**

Carla Gullo e Rita Gullo

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Circular Comunicação

**Revisão Ortográfica**

Nicole Guim de Oliveira

**Ilustração**

Shirley Felts

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do baixo Rio Negro / Pedro Frizo ... [et al.] ; organização Nailza Porto. -- 1. ed. -- Nazaré Paulista, SP : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021. --

(Planos de promoção socioeconômica ; 2)

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluce Soares.

ISBN 978-65-990361-5-6

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia

3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluce.

21-72042

CDD-304.2

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -

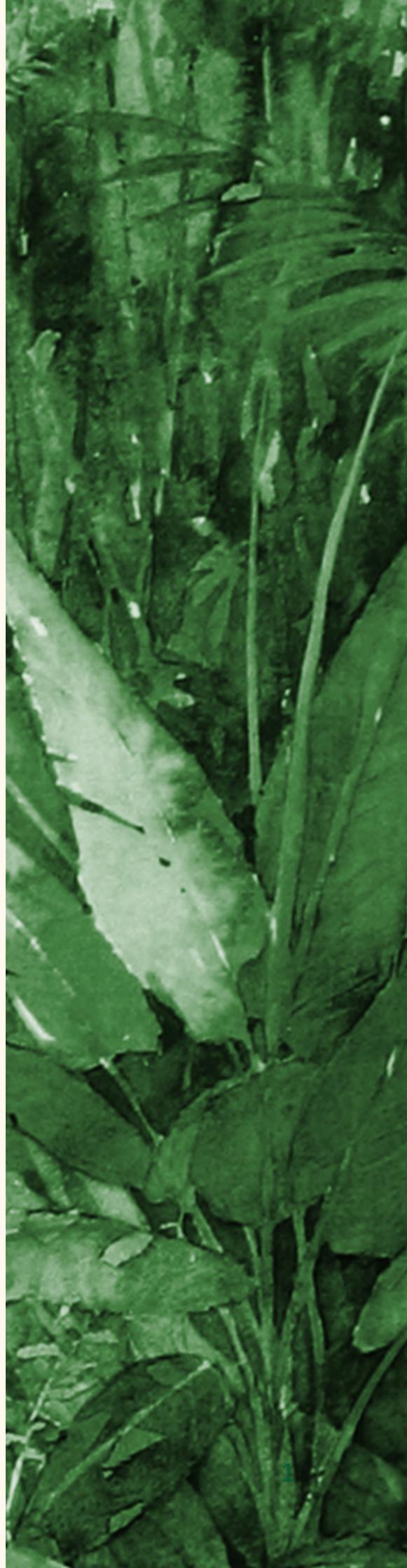
Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

# Índice

<b>04</b> ■	<b>Apresentação</b>
<b>07</b> ■	<b>Contextualização</b>
<b>09</b> ■	<b>A metodologia da construção dos planos e o Desafio Conexsus</b>
<b>12</b> ■	<b>Diretrizes e ações estruturantes</b>
<b>18</b> ■	<b>Bloco Baixo Rio Negro</b>
<b>27</b> ■	<b>Recomendações específicas para o bloco</b>
<b>32</b> ■	<b>Lista de siglas</b>

# Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

# Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

**1.**

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

**2.**

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

**3.**

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

**4.**

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

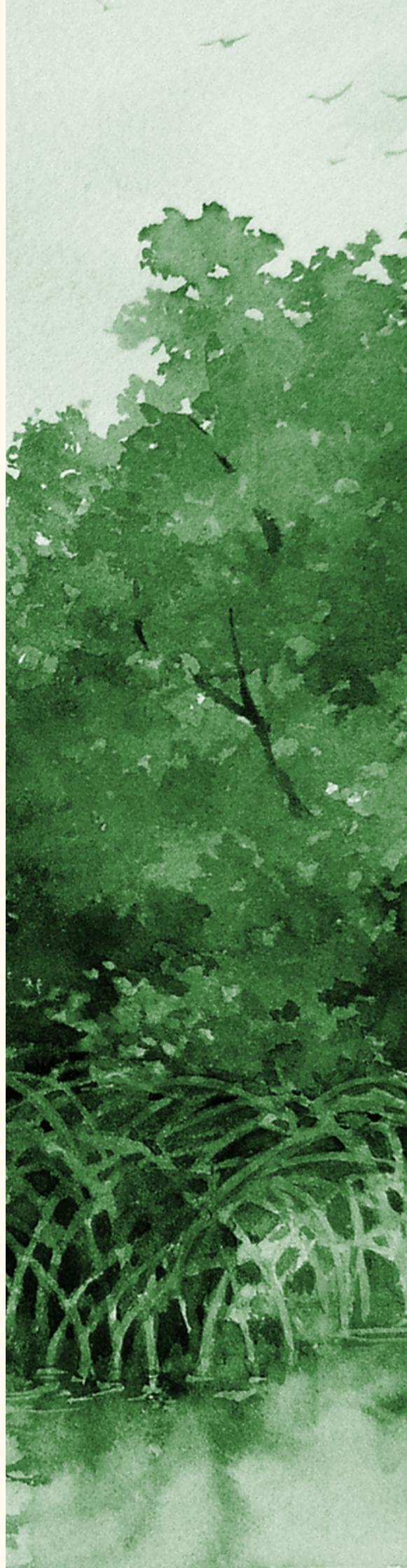
## Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

# Contextualização



# LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

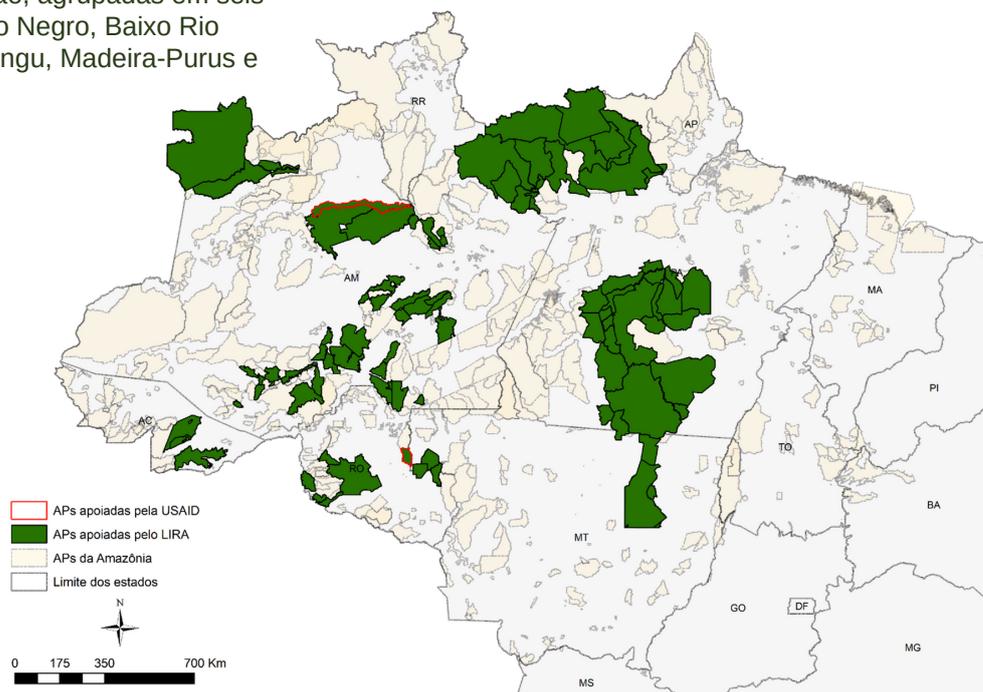
## Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

## LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



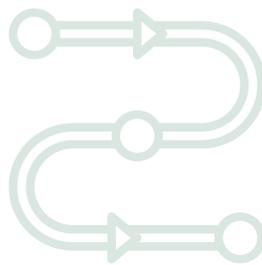
**A metodologia  
de construção  
dos planos e o  
Desafio  
Conexsus**



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.

## Objetivo Central

Elaborar propostas de ações estratégicas para a consolidação e crescimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia



gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios

## Etapas do Desafio Conexsus

### Mapeamento

**+ de 1000**  
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

### Oficinas regionais

**200**  
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

### Ciclo de desenvolvimento

**70**  
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

### Laboratório de modelagem

**35**  
participaram do Laboratório de Modelagem  
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA  
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

## 52 organizações

**9 participaram do Laboratório de Modelagem**



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

**17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018**



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

**26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus**



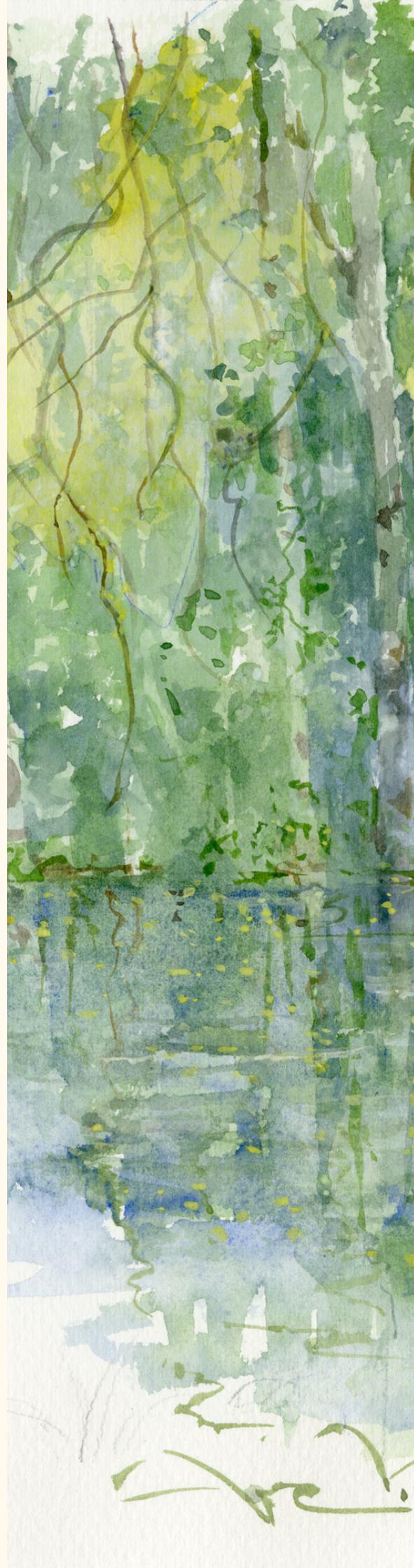
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para a promoção socioeconômica.

# Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

---

## **Tema: Conselhos de desenvolvimento**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

## **Tema:**

# **Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)**

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que compram os produtos dessas organizações.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

## **Tema:** **Arranjos comerciais**

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

## **Tema:** **Licenciamento da atividade produtiva**

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

# **Tema:**

## **Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis**

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

## **Tema:** **Apoio contábil / jurídico**

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

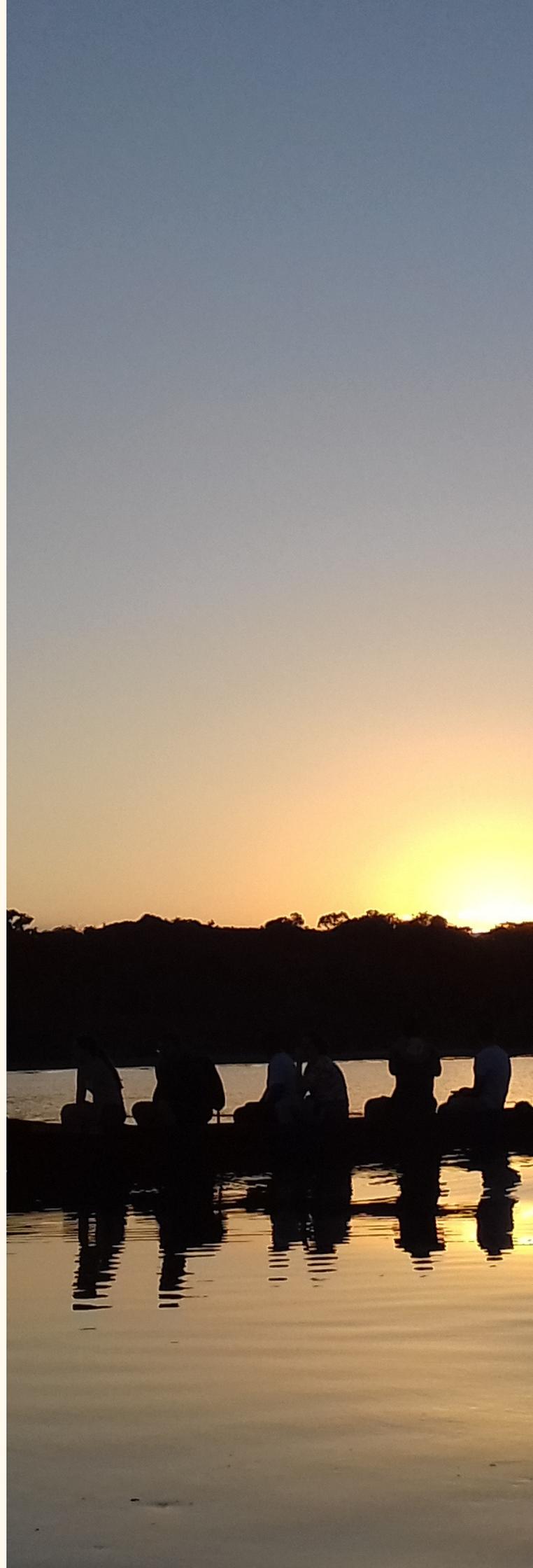
### **Papel dos atores envolvidos**

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

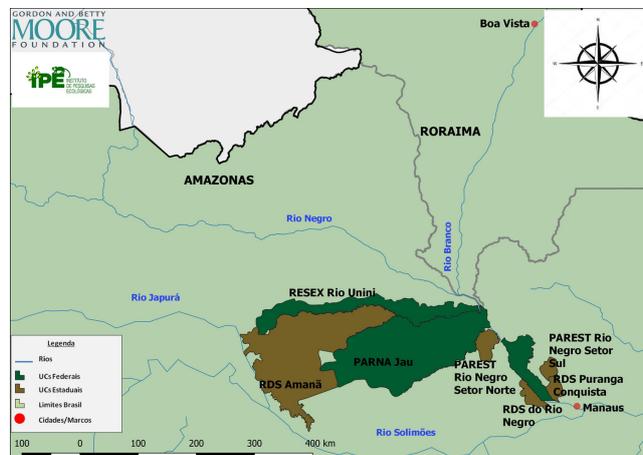
**Bloco  
Baixo  
Rio Negro**



# O território e suas Áreas Protegidas

## 8 ÁREAS PROTEGIDAS

- 3 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): RDS Amanã (2.350.000 hectares), RDS Rio Negro (103.086 hectares) e RDS Purunga Conquista (76.936 hectares)
- 1 Reserva Extrativista (RESEX); RESEX Rio Unini (833.352 hectares)
- 2 Parques Estaduais (PAREST): PAREST Rio Negro Setor Norte (146.028 hectares) e PAREST Rio Negro Setor Sul (86.601 hectares)
- 2 Parques Nacionais (PARNA): PARNA Jaú (2.367.333 hectares) e PARNA Anavilhanas (350.469 hectares)



\*Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas

6.313.805 hectares em unidades de conservação = 4,9% do tamanho de todas as unidades de conservação da Amazônia Legal somadas [1].

[1] <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>



## Áreas Protegidas

Este bloco é composto por extensas áreas protegidas que abrigam o

**Rio Negro, a maior bacia hidrográfica de águas pretas do mundo**

- diversidade de povos
- tradições culturais
- sistemas agrícolas
- sítios arqueológicos
- paisagens naturais

## Município/População

- Barcelos / 25.718
- Iranduba / 40.781
- Manacapuru / 85.141
- Manaus / 1.802.014
- Novo Airão / 14.723

**Total =1.968.377**

População por municípios do bloco  
Fonte: IBGE, 2019

- Único bloco sem terras indígenas demarcadas incluídas na lista de áreas protegidas.
- Perfil social do bloco: populações ribeirinhas
- Principal atividade econômica: extrativismo (ver Figura 1)
- Tem metade de sua composição formada por unidades de conservação de proteção integral (as PARNAs e PARESTs)
- Ações efetivas de promoção socioeconômica através da produção sustentável só fazem sentido em quatro das áreas protegidas citadas.

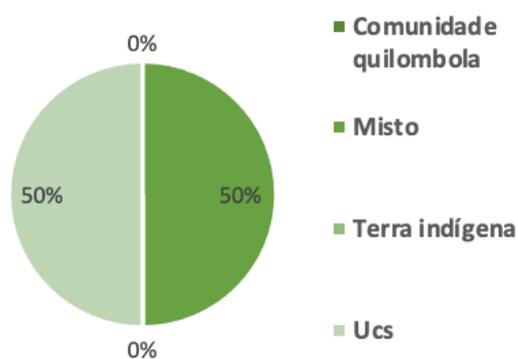


FIG.1 - Origem da matéria-prima no Baixo Rio Negro  
 Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Com significativa abrangência demográfica, a pressão sobre os recursos naturais e florestais das áreas protegidas é significativo, com especial atenção à atratividade que centros urbanos exercem sobre jovens e adolescentes, instituindo processos de êxodo rural. Com isso, a promoção socioeconômica e estruturação de uma economia da floresta em pé é uma das ações estruturantes para a fixação desses povos nas áreas protegidas.

## **Ecossistema mais amplo**

Embora o mapeamento realizado pelo DESAFIO CONEXSUS traga um número reduzido de organizações, não é possível afirmar que haja uma pequena quantidade de empreendimentos comunitários com finalidade econômica na região. Há diversas organizações situadas no Baixo Rio Negro – ainda que não diretamente nas áreas exatas do LIRA, onde algumas delas formam parte inclusive da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Além disso, um conjunto expressivo de instituições de apoio tem trabalhado na região com organizações comunitárias há tempos, tal como a Fundação Amazonas Sustentável - FAS, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas e a Fundação Vitória Amazônica -FVA.

## **Intercooperação como instrumento de desenvolvimento econômico**

Articulações produtivas e comerciais podem ser meios importantes de expandir a capacidade produtiva, de agregação de valor e de venda das organizações comunitárias, especialmente através do acesso a máquinas e equipamentos, chamadas públicas e arranjos privados de comercialização. Exemplo: COOMARU + organizações indígenas da região = compra de Castanha do Brasil = aumento da capacidade de fornecimento aos contratos de comercialização oportunizados. Em 2015 a COOMARU selou um acordo de compra de Castanha do Brasil com a Hutukara Associação Yanomami, aumentando em 70% o preço pago pelos atravessadores a este grupo indígena [2].

[2] <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-e-cooperativa-do-rio-unini-inauguram-parceria-para-compra-de-castanha-a-precos-justos>.

## **Organizações**

### **O Origens Brasil® na região.**

Assessoria à comercialização da castanha do Brasil e do artesanato local, já com um nível de valor agregado na cadeia de produção causando fortalecimento da comercialização. Em 2017 teve-se um aumento na renda, fruto da parceria com o mercado diferenciado para este tipo de arranjo comercial mais sustentável.

# Outros membros do ecossistema

Parceiros locais das organizações comunitárias [3] levantados pelo Desafio Conexsus

[3]<http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>.

## NACIONAIS

### Instituições públicas

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação,

SEMA-AMIBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

SPF -Secretaria de Estado de Política Fundiária do Amazonas

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

UEA – Universidade Estadual do Amazonas

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Airão (AM)

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

AFEAM - Agência de Fomento do Amazonas

### Terceiro setor

FVA - Fundação Vitória Amazônica

IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

FAM - Fundação Almerinda Malaquias

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

ISA - Instituto Socioambiental

FAS – Fundação Amazonas Sustentável

## INTERNACIONAIS

### Instituições públicas

USAID – Agência de Cooperação Estadunidense

UFFS – Serviço Florestal dos Estados Unidos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

### Terceiro setor

WCS – Wildlife Conservation Society

WWF – World Wide Fund for Nature

# Ações em parceria local

Existem organizações comunitárias com graus distintos de maturidade organizacional no território. Ações de promoção de negócios comunitários sustentáveis precisam utilizar do amplo ecossistema de apoio institucional existente na região, a fim de lançar mão dos melhores instrumentos de fomento, especialmente no que diz respeito a aspectos econômicos como aumento da produção, contratação de crédito e prospecção de mercado. A ampla e experiente rede de instituições de apoio presentes no território pode ser importante fonte de compartilhamento de informações e experiências sobre os povos e comunidades aí localizados, tais como os seguintes:

## **Turismo de base comunitária.**

Amplas ações com foco na promoção do turismo de base comunitária e sustentável tem sido conduzida por organizações não-governamentais com ações localizadas no Baixo Rio Negro, como as ações do IPÊ, que conduziu processos de sensibilização e de desenvolvimento de iniciativas comunitárias de turismo na RDS Puranga Conquista em Manaus. Exemplo: roteiro TUCORIN- Turismo Comunitário no Rio Negro. Na região do Uatumã, área de atuação do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável (IDESAM) – embora não esteja situada nas áreas protegidas do LIRA, pode servir como exemplo para ações futuras nas áreas contempladas dentro do bloco. A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) tem conduzido em Novo Airão e Iranduba, na RDS do Rio Negro, ações de promoção do turismo em organizações essencialmente comunitárias, como a Pousada do Garrido, na comunidade do Tumbira [4]. Crescente visibilidade da pauta: em maio de 2019, o tema do turismo em comunidades indígenas foi discutido em audiência pública do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) [5]. Foi constituído um grupo de trabalho que elaborou um estudo socioantropológico e uma minuta do acordo de visitação nas comunidades indígenas. 2011 houve a criação de um fórum permanente de turismo comunitário do baixo Rio Negro.

[4] <http://fasamazonas.org/2018/09/pousadas-no-rio-negro-lancam-pacote-especial-para-feriado-prolongado-em-outubro/>

[5] <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-promove-audiencia-publica-para-discutir-regras-de-turismo-em-comunidades-indigenas-do-baixo-rio-negro-am>

## **Aproveitamento econômico de resíduos florestais.**

Componentes madeireiros advindos da queda natural de troncos e árvores servem como matéria-prima para a elaboração de artesanatos. Na RDS Puranga Conquista existem iniciativas comunitárias de artesãos que produzem artesanato de resíduos florestais que passaram por um processo de assessoria para o desenvolvimento da cadeia de valor. A capacitação de artesãos na manipulação destes recursos florestais, como tem feito a Fundação Almerinda Malaquias [6], em Novo Airão, pode representar uma alternativa econômica aos povos localizados dentro das áreas protegidas. resíduos florestais não-madeireiros = cipó, fibras, óleo, sementes, plantas medicinais = utilizados para produção de artesanatos, remédios e cosméticos.

[6] <https://fundacaoalmerindamalaquias.org/quem-somos/>

## **O Observatório da Região Metropolitana de Manaus.**

Devido a grandes obras na região metropolitana de Manaus e arredores, a sociedade civil amazonense criou o Observatório da Região Metropolitana de Manaus (ORMM) com o objetivo de monitorar, via georeferenciamento, o desmatamento na região, além de propor discussões, inovações técnicas, extensão, ensino e difusão de conhecimento em temas associados à preservação e conservação ambiental na região metropolitana de Manaus. Criado pela FVA, o observatório conta com a participação de universidades, centros de pesquisa, lideranças e outros membros da sociedade civil.

# Ambiente regulatório

Ações para consolidação e fomento a áreas protegidas. As áreas traçadas dentro do bloco Baixo Rio Negro foram atendidas por coalizões e iniciativas de fôlego, por exemplo o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). De acordo com a iniciativa, as áreas protegidas do bloco apresentam ótimos avanços na estruturação de conselhos gestores, planos de manejo e funcionamento dos conselhos, porém ainda com avanços a serem feitos no que diz respeito à instalação mínima para espaço próprio ao conselho gestor, em especial na PAREST Rio Negro (Norte e Sul), RDS Rio Negro e RDS Puranga Conquista. Vale ressaltar também que reduzido número de áreas protegidas são contempladas pelo Programa Bolsa Floresta, criado pela antiga Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, atualmente, pela Fundação Amazonas Sustentável. A RDS Amanã, a RDS Puranga Conquista e a RDS do Rio Negro são contempladas pelo programa que é direcionado exclusivamente a unidades de conservação de caráter estadual no Amazonas. Na área mencionada, o programa contempla mais 60 comunidades e de 800 famílias, principalmente em sua área de geração de renda e infraestrutura.

## **Fundos estaduais e entraves históricos.**

De maneira geral, as unidades de conservação do Amazonas apresentam um histórico significativamente constrangido em termos de contração de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis de seus Fundos Públicos estaduais com foco na promoção econômica sustentável. O Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (FEMUCS) e o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), instituídos, respectivamente, em 2007 e 2005, nunca operaram de acordo com sua capacidade original de operação, em partes devido à ausência de dispositivos claros de funcionamento, concessão de recursos e gestão dos mesmos.

---

## **Novas institucionalidades entre fundos estaduais.**

Com o Decreto nº 40.768/2019, o FEMUCS passa a ter uma regulamentação mais clara acerca de suas fontes de recursos, aplicação dos mesmos, administração, composição de agentes executores e protocolos para prestação de contas, o que reduziu a assimetria de informação em relação ao instrumento legal. Da mesma forma, em outubro deste ano, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) aprovou as regras gerais para acesso aos recursos do FEMA, os quais totalizam mais de 5 milhões de reais, advindos da aplicação de multas ambientais e compensações ambientais. Instituídos há mais de uma década, ambos os instrumentos financeiros foram subutilizados no fomento de projetos econômicos sustentáveis, que fortalecessem a geração de renda nas áreas protegidas do Amazonas.

## **Reduzida presença das agências bancárias.**

O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. No caso do Alto Rio Negro, essa relação se faz intensamente dificultada pela ausência de agências do Banco da Amazônia (BASA) nas cidades em que estão as áreas protegidas: Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. No que diz respeito às agências do Banco do Brasil (BB), duas destas três cidades possuem agências da instituição. Tal número reduzido de agências aponta à urgência de um diálogo próximo com o BASA a respeito de sua presença local, bem como um diálogo próximo com os agentes financeiros do BB existentes nos municípios.

## **Ausência de políticas de preço mínimo.**

As políticas de preço mínimo para a agricultura e extrativismo, em especial a PGPM-Bio, instituída em 2009, são instrumentos importantes para garantir preços adequados para a subsistência e qualidade de vida das populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas. No entanto, desde janeiro de 2018, somente cerca de 33 mil reais foram desembolsados para as populações do bloco, com foco na cadeia da piaçava – cadeia esta que não representa o tipo predominante de produção entre os negócios comunitários mapeados. Neste sentido, é crucial que os empreendimentos e populações envolvidas com as cadeias mais trabalhadas no território acessem a PGPM-Bio, aproveitando do bom nível de regularidade da DAP na região – fator condicionante para o acesso à política. O número expressivo de DAPs físicas emitidas na região do baixo Rio Negro se deu tanto pela proximidade do centro urbano de Manaus, quanto pela ação realizada por meio de uma expedição nesta região no ano de 2014, resultado de uma articulação entre parceiros: IDAM, INCRA e IPÊ, onde houveram a emissão de 150 DAPs.

### DAPs jurídicas inativas.

O Baixo Rio Negro, entre todos os blocos do LIRA analisados, é aquele com a maior presença média por município de DAPs jurídicas ativas (ver Figura 2). A proximidade com a capital do Amazonas, Manaus, pode ser um fator explicativo. A proximidade geográfica facilita o acompanhamento técnico, a participação em cursos, capacitações e eventos por parte de lideranças comunitárias. Porém, vale ressaltar que em geral todas as capitais brasileiras possuem elevados índices de DAPs jurídicas emitidas e ativas, o que demanda maior atenção sobre a verdadeira regularidade dessas declarações, muitas vezes emitidas e mantidas por agentes interessados nos volumes de compra das chamadas públicas nestes municípios, mas que não necessariamente constituem empreendimentos organizados da agricultura familiar.

### CAEs sob funcionamento.

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) válidos junto ao FNDE, com exceção do município de Novo Airão, que apresenta o seu Conselho de Alimentação Escolar em estado diligenciado. Próximo passo: intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas para alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região e retomar as ações necessárias para validação do CAE de Novo Airão.

### Cadeias com reduzido valor agregado.

Produção de Castanha do Brasil, Açaí, derivados da mandioca, tucumã e Pescado = são as cadeias com as maiores taxas de participação das organizações mapeadas pelo Desafio Conexsus. Porém, é o bloco com o menor índice de beneficiamento e agregação de valor, com nenhuma organização comunitária produzindo mercadorias para além de mercadorias in natura (ver Figura 4 e 5). Seus níveis de agregação de valor territorial e de faturamento são baixos, embora superem, quantitativamente, os rendimentos brutos obtidos pelas organizações situadas na região do Alto Rio Negro. Importante: Rede Tucumã do Rio Negro – Associação dos Agricultores da Margem Esquerda do Baixo Rio Negro, criada em 2015, que tem como objetivo principal fortalecer a produção e comercialização de produtos da agrobiodiversidade local.

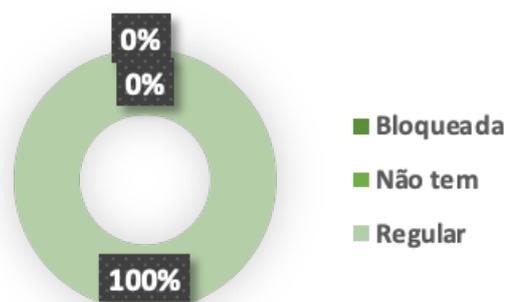


Fig. 2: Situação da DAP entre as organizações no Baixo Rio Negro cadastradas  
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.



Fig. 3. Execução do FNDE no bloco

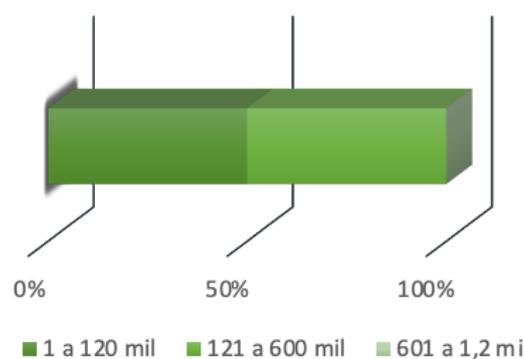


Fig. 4. Faixas de faturamento

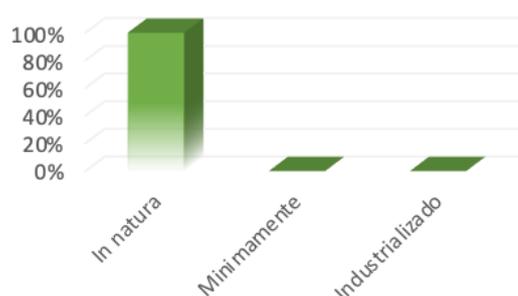


Fig. 5. Nível de beneficiamento  
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

### Pouco proveito do potencial consumidor de Manaus.

Embora situado geograficamente perto de Manaus e região metropolitana – fato que tende a facilitar e baratear, em certa medida, a distribuição logística das mercadorias produzidas e ações de comunicação e comercialização com potenciais compradores – as organizações ainda possuem grande dificuldade para atingir esse local. •  $\frac{3}{4}$  das organizações mapeadas não buscam atingir outros mercados para além daqueles localizados em seus respectivos municípios (ver Figura 7). Somente a COOMARU consegue ter uma maior participação em cadeias produtivas de maior escala, principalmente por sua participação no arranjo de comercialização do Origens Brasil®, que tem sua comercialização em Manaus amplamente facilitada por uma instituição de apoio – a FVA – que realiza um trabalho próximo a uma representação comercial da organização na capital amazonense.

### Pouco proveito das chamadas públicas.

Em 2017, foram disponibilizados às prefeituras de Barcelos, Iranduba, Manacapuru, Manaus e Novo Airão um total de, aproximadamente, vinte e seis (26) milhões de reais para compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar. De acordo com dados do FNDE, o volume de compra de gêneros de alimentícios da agricultura familiar chegou muito próximo ao mínimo legal de 30% (ver Figura 3). No entanto, pode-se questionar o quão efetiva foi a participação das organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas nestas chamadas públicas de 2017, pois somente metade das associações e cooperativas mapeadas já venderam via PNAE; ao mesmo tempo, não há convergência alguma entre o que é produzido nestas organizações e o que é pedido nas chamadas públicas do PNAE (ver Figura 6).

### Necessidades de capital de giro para custeio de safra.

Castanha do Brasil é a principal cadeia do território. Produto com ampla produção local, tende a ter a presença de diversos atravessadores no período de safra, que disputam preço ao lado de cooperativas locais para a aquisição do produto entre extrativistas. Para garantir a continuidade da oferta às organizações comunitárias, é crucial que estas acessem o sistema nacional de crédito rural, em especial o PRONAF, para contrair recursos necessários para pagar adiantado a safra de castanha entre os comunitários.

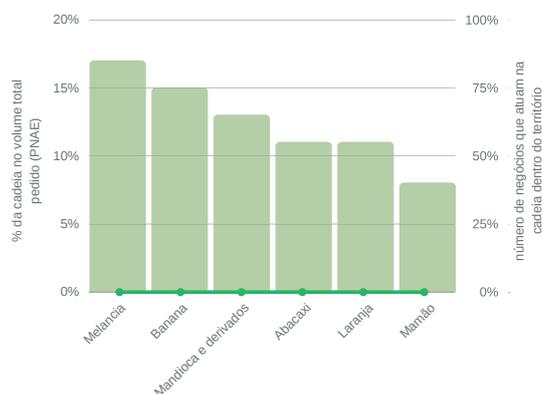


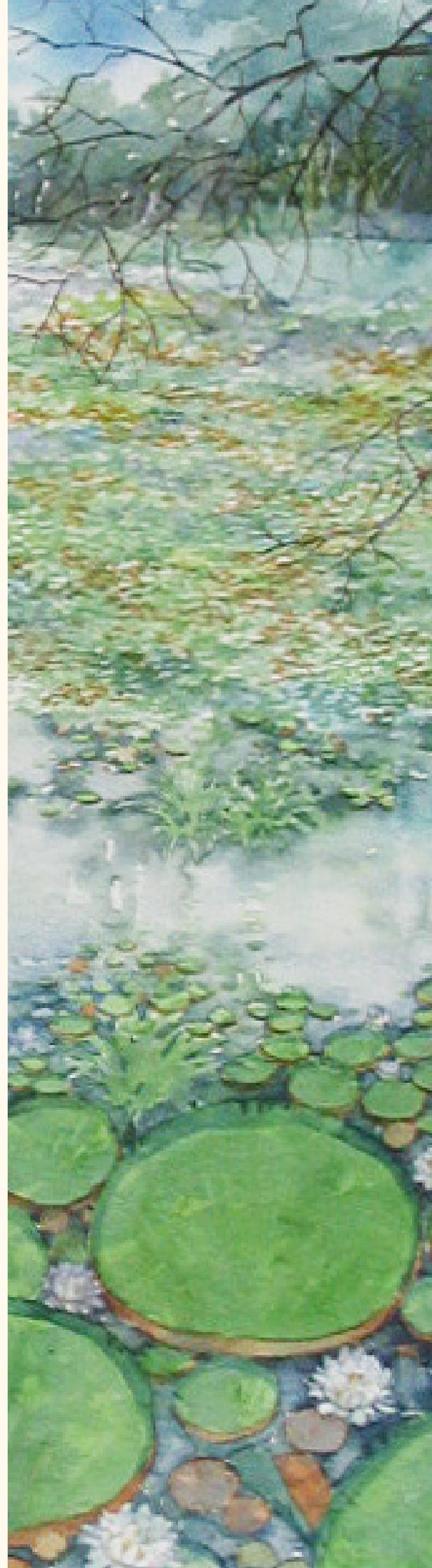
Fig. 6: Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).

Fonte: SEDUC Amazonas, SEMUCs (Japurá, Santa Isabel e São Gabriel), 2019; Desafio Conexsus, 2018.



Fig. 7. Abrangência máxima de mercado  
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

# Recomendações específicas para o bloco



# Análise FOFA para o bloco Baixo Rio Negro:

**F**

## FORÇAS

Alto grau de regularidade de documentos e certidões;  
Grande mercado consumidor com presença geográfica próxima;  
Proximidade com organismos de apoio

**O**

## OPORTUNIDADES

Aproximar a produção rural sustentável em APs com o conjunto de produtos pedidos nas chamadas;  
Aproveitar mercado consumidor para se pensar novos arranjos de comercialização privada e justa

**F**

## FRAQUEZAS

Existência de poucas organizações com finalidade econômica;  
Pouco usufruto de volumosas chamadas públicas, bem como de oportunidades de comercialização com atores privados

**A**

## AMEAÇAS

Pouca variedade de cadeias abrangidas pela PGPM-Bio; Alto grau de competição para os mercados de Manaus e região; Pouca convergência entre chamadas do PNAE e base produtiva em APs

## Fraquezas e Ameaças

Negócios comunitários sustentáveis sofrem com a reduzida convergência entre os produtos que elaboram e os itens de compra nas chamadas públicas, em especial os itens do PNAE. Outras políticas públicas de fomento à produção e comercialização, como a PGPM-Bio, falham em contemplar a variedade de cadeias trabalhadas na região, atuando com cadeias de valor que possuem pouca representatividade no número de comunidades e famílias envolvidas. Comercialização privada, presença de inúmeros comerciantes, distribuidores, empresas e indústrias na região metropolitana de Manaus desafia as organizações comunitárias a competir com esses atores em termos de preço e entrega de produto. Necessidade de novos arranjos e nichos de comercialização privada.

## Forças e Oportunidades

Em termos legais e institucionais, os negócios comunitários sustentáveis do Baixo Rio Negro possuem, em geral, as condições mínimas para participar de chamadas públicas e de realizar processos de relação estratégica com agentes financeiros, facilitando a capitalização dessas organizações. Para efetivar e ampliar esse potencial: aproximação e articulação produtiva para maior participação nas chamadas públicas, iniciar relacionamento com agentes financeiros, e promover discussões estratégicas sobre como pensar novos formatos e arranjos de comercialização privada em Manaus e região.

# Diretrizes e ações estruturantes

## AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

## DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado no sumário executivo, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

## ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

SEBRAE-AM, FVA, IPE, FAM, IPAM, IDESAM, ISA, FAS e IMAFLORA, com foco de ação em associações e cooperativas.

## DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

## EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Cogumelo Yanomami e sua proposta de valor a partir de oportunidade de comercialização e posicionamento no mercado:

[https://pib.socioambiental.org/pt/San%C3%B6ma\\_-\\_Cogumelo\\_Yanomami](https://pib.socioambiental.org/pt/San%C3%B6ma_-_Cogumelo_Yanomami)

## **AÇÃO**

Efetivação do crédito rural (PRONAF), dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

## **DESCRIÇÃO**

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Ao mesmo tempo, é necessário dar continuidade às ações recentemente tomadas de regulamentação dos fundos públicos do Amazonas – FEMUCS e FEMA –, a fim de facilitar a contração de recursos de fomento disponíveis em ambos os fundos. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexecutabilidade até então.

## **ATOR SOCIAL ENVOLVIDO**

BASA, BB, CONAB, SEMA-AM, IDAM, CEMAAM e SEFAZes municipais, com foco de ação em associações e cooperativas.

## **DIRETRIZES**

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispor de diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

## **EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS**

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

## **AÇÃO**

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

## **DESCRIÇÃO**

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

## **ATOR SOCIAL ENVOLVIDO**

CAEs, IDAM, Secretarias Municipais de Produção Rural, SEPROR e CMDRs, com foco de ação em associações e cooperativas. Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

## **DIRETRIZES**

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

## **EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS**

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

[https://www.giz.de/en/downloads/Mercados\\_Verdes\\_BMZ\\_PT\\_Brasil.PDF](https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF)

# SIGLAS

## A

**ABRIC** – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari  
**ACIR** – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas  
**ACOMTAGS** – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucaá  
**ACOSAMA** – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá  
**ACPLASA** – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucaá  
**AERIM** – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel  
**AIPHX** – Associação Indígena Pyjahyry Xipayá  
**AGUAPÉ** – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé  
**AMABES** – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança  
**AMALCG** – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanhã Grande  
**AMARI** – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi  
**AMARJUMA** – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma  
**AMOMEX** – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu  
**AMOPREAB** – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil  
**AMOPREMA** – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira  
**AMOPREX** – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri  
**AMORA** – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio  
**AMORERI** – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri  
**AP** – Área Protegida  
**APADRIT** – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi  
**APAJ** – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara  
**APIM** – Associação dos Povos Indígenas Mapuera  
**APITC** – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu  
**ARPA** – Programa Áreas Protegidas da Amazônia  
**ARQMO** – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná  
**ARSX** – Associação Redes de Sementes do Xingu  
**ASAEX** – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto  
**ASMACARU** – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru  
**ASMIPPS** – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões  
**ASPAC** – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama  
**ASPACS** – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha  
**ASROP** – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto  
**ASSC** – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá  
**ASSIZA** – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhur  
**ATAMP** – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus  
**ATIX** – Associação Terra Indígena Xingu

## B

**BASA** – Banco da Amazônia  
**BB** – Banco do Brasil  
**C**  
**CAE** – Conselho de Alimentação Escolar  
**CAZUMBÁ** – Associação Cazumbá  
**CEMAAM** – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas  
**CGPH** – Conselho Geral do Povo Hexkaryana  
**CMDR** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural  
**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento  
**CONEXSUS** – Instituto Conexões Sustentáveis  
**COOBAY** – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã  
**COOMARU** – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini  
**COOPAFLOA** – Cooperativa Geral do Norte do Pará  
**COOPEMA** – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré  
**COOPERAR** – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus  
**COOPERFLORESTA** – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários  
**COOPMAS** – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha  
**COVEMA** – Cooperativa Verde de Manicoré  
**CPZ05 DE CANUTAMA** – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama

## D

**DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf

## E

**EDF** – Environmental Defense Fund  
**EMATER-AC** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre  
**EMATER-PA** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará  
**EMATER-RO** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia  
**EMPAER-MT** – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural  
**F**  
**FAM** – Fundação Almerinda Malaquias  
**FAS** – Fundação Amazonas Sustentável  
**FEMA-AM** – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas  
**FEMAM-MT** – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso  
**FEMA-PA** – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará  
**FEMUCS** – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável  
**FLONA** – Floresta Nacional  
**FLOTA** – Floresta Estadual  
**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FOIRN** – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro  
**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio  
**FUNDEFLOA** – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal  
**FVA** – Fundação Vitória Amazônica  
**FVPP** – Fundação Viver, Produzir e Preservar

## I

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICFC** – International Conservation Fund of Canadá  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas  
**IDEFLOR** – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará  
**IDESAM** – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
**IMAFLOA** – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
**IMAZON** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
**IPE** – Instituto de Pesquisas Ecológicas  
**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**ISA** – Instituto Socioambiental  
**ISPAN** – Instituto Sociedade, População e Natureza

## L

**LIRA** – Legado Integrado da Região Amazônica

## N

**NCS** – Negócio Comunitário Sustentável

**NESA** – Norte Energia S.A.

## O

**OIBI** – Associação Indígena da Bacia do Içana

**ORMM** – Observatório da Região Metropolitana de Manaus

## P

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PAREST** – Parque Estadual

**PARNA** – Parque Nacional

**PBA-CI** – Plano Básico Ambiental Componente Indígena

**PDRSX** – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu

**PGPM-Bio** – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

**PGTA** – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF** – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## R

**RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

**RESEX** – Reserva Extrativista

## S

**SEAF-MT** – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEFAZ** – Secretaria Estadual da Fazenda

**SEMA** – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

**SEPROR** – Secretaria de Produção Rural do Amazonas

**SFB** – Serviço Florestal Brasileiro

## T

**TI** – Terra Indígena

## U

**UC** – Unidade de Conservação

**UFOPA** – Universidade Federal do Oeste do Pará

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

## Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



*Twitter*

[@InstitutoIPE](https://twitter.com/InstitutoIPE)



*Facebook*

[@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas](https://www.facebook.com/ipe.instituto.pesquisas.ecologicas)



*Instagram*

[@institutoipe](https://www.instagram.com/institutoipe)

---

## Fale com a gente

*Email*

[lira.edital@ipe.org.br](mailto:lira.edital@ipe.org.br)



Realização:



Apoio:

